

[de.mãos.dadas]

em defesa da escola pública



gestão
"Novos Rumos
A Alternativa de
Luta"

CUT CNE

**Prefeitura apresenta novo
regulamento para o ICS que
aprofunda precarização
do serviço e sobretaxa os
servidores**
Pág. 7



**Magistério em luta
pela implantação da
hora-atividade de
33,33%**

Pág. 9

**Professores de 5ª a
8ª série se mobilizam
contra falta de debate
na mudança do turno
de cinco horas**

Pág. 8

**Com cinco anos de
atraso e com muita
desorganização,
Curitiba realizará sua
primeira conferência de
educação**

Pág. 11

Novo semestre: novos rumos para nosso movimento sindical

A Diretoria eleita em junho pela categoria começou a cumprir com intensidade, a partir do dia 2 de agosto, seu principal compromisso: **retomar o trabalho de base**. Nas primeiras semanas de gestão, além de iniciar processos de negociação com a Prefeitura, arrumar a “casa” do nosso sindicato, reestruturar o setor de comunicação e o departamento jurídico, **visitamos mais de 100 locais de trabalho**.

Através desse contato mais direto com o conjunto da categoria nos locais de trabalho – escolas, CMEI’s, CMAE’s e outros – nós da gestão “*Novos Rumos – A Alternativa de Luta*” pudemos constatar o ânimo da categoria em retomar sua organização e mobilização para defender e ampliar seus direitos.

O sentimento é de que com as atuais **condições de trabalho** (número de alunos por sala, não cumprimento da Lei do Piso que prevê o aumento de nossa per-

manência, dentre outros), com o **desmonte do ICS** e com a perspectiva de **retirada de direitos do nosso Plano de Carreiras: é hora de união, organização e luta!**

Nesse sentido, intensificaremos ainda mais o trabalho de visitas e eleição de representantes por local de trabalho. Investimos em uma comunicação mais ágil e de qualidade com a categoria. A

partir dessa retomada de nossa organização coletiva, construiremos um calendário de mobilização para as lutas necessárias que teremos que travar nesse próximo período.

Estamos constantemente nos locais de trabalho.

Venha você também, participe e acredite que agora juntos podemos fazer a diferença!



Balanco do primeiro mês de gestão

59 novas sindicalizações

Retomada do trabalho de base, com mais 100 locais de trabalho visitados

Tabela de Vencimentos do Magistério - Abri/2011 (com 6,5% de reajuste)										
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Parte Especial	100	791,64	813,78	836,56	859,99	884,07	908,84	934,29	960,43	987,32
	101	1.015,00	1.043,39	1.072,64	1.102,66	1.133,55	1.165,26	1.197,88	1.231,45	1.265,94
	102	1.301,35	1.337,83	1.375,26	1.413,75	1.453,38	1.494,08	1.535,89	1.578,87	1.623,14
Parte Permanente - Graduação	103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	104	0,00	1.199,92	1.233,55	1.268,06	1.303,58	1.340,07	1.377,60	1.416,19	1.455,84
	105	1.496,59	1.538,50	1.581,60	1.625,83	1.671,37	1.718,18	1.766,29	1.815,77	1.866,60
	106	1.918,86	1.972,58	2.027,84	2.084,61	2.142,97	2.202,95	2.264,68	2.328,09	2.393,27
	107-PI	2.460,28	2.529,17	2.599,98	2.672,78	2.747,62	2.824,56	2.903,65	2.984,95	3.068,52
	108-PI	3.154,44	3.242,76	3.333,56	3.426,91	3.522,86	3.621,49	3.722,90	3.827,15	3.934,31
Parte Permanente - Especialização	107	1.046,93	1.076,23	1.106,39	1.137,37	1.169,21	1.201,94	1.235,60	1.270,22	1.305,75
	108	1.342,33	1.379,91	1.418,56	1.458,25	1.499,10	1.541,08	1.584,27	1.628,61	1.674,19
	109	1.721,09	1.769,30	1.818,81	1.869,73	1.922,12	1.975,93	2.031,26	2.088,13	2.146,58
	110	2.206,71	2.268,48	2.332,03	2.397,30	2.464,44	2.533,44	2.604,39	2.677,30	2.752,25
	111-PIII	2.829,32	2.908,54	2.989,99	3.073,70	3.159,77	3.248,24	3.339,19	3.432,68	3.528,80
	112-PIII	3.627,60	3.729,18	3.833,60	3.940,94	4.051,29	4.164,73	4.281,33	4.401,21	4.524,45
Parte Permanente - Mestrado	111	1.203,97	1.237,68	1.272,34	1.307,96	1.344,60	1.382,26	1.420,92	1.460,74	1.501,65
	112	1.543,70	1.586,91	1.631,36	1.677,02	1.723,99	1.772,24	1.821,87	1.872,90	1.925,35
	113	1.979,25	2.034,70	2.091,65	2.150,22	2.210,44	2.272,32	2.335,93	2.401,37	2.468,60
	114	2.537,73	2.608,75	2.681,83	2.756,91	2.834,12	2.913,45	2.995,04	3.078,92	3.165,12
	115-PIII	3.253,72	3.344,83	3.438,48	3.534,76	3.633,73	3.735,48	3.840,07	3.947,58	4.058,13
	116-PIII	4.171,75	4.288,56	4.408,64	4.532,08	4.658,96	4.789,43	4.923,53	5.061,40	5.203,12
Parte Permanente - Doutorado	500	1.384,56	1.423,34	1.463,18	1.504,15	1.546,28	1.589,57	1.634,07	1.679,83	1.726,89
	501	1.775,22	1.824,92	1.876,02	1.928,54	1.982,55	2.038,06	2.095,12	2.153,78	2.214,09
	502	2.276,09	2.338,82	2.405,33	2.472,68	2.541,92	2.613,09	2.686,26	2.761,47	2.838,80
	503	2.918,28	2.999,99	3.083,99	3.170,34	3.259,12	3.350,37	3.444,18	3.540,62	3.639,75
	504	3.741,67	3.846,44	3.954,13	4.064,86	4.178,66	4.295,67	4.415,94	4.539,60	4.666,71
	505	4.797,37	4.931,70	5.069,78	5.211,74	5.357,66	5.507,69	5.661,90	5.820,43	5.983,41

EXPEDIENTE



Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

Al. Dr Muricy, 54, 10º andar. Ed. Novo Hamburgo, Centro, CEP 80.010-120, Curitiba, PR. Fone/Fax: (041) 3225-6729

Gestão “Novos Rumos – A Alternativa de Luta” (2011-2014)

Direção liberada: Addressa Fochesatto, Gabriela Dallago, Gabriel Conte, João Antonio Rufato, Patrícia Giovana Rezende, Rafael Alencar Furtado e Silmara Carvalho.

Direção que permanece nas escolas: Anella Bueno, Carolina Cunha, Claudiane Pugsley, Cristiane Bianchini, Eliete França, Eumar André Köhler, Geny Maria Dallago, Graça dos Santos, Izabel de Oliveira, Mara Patrinhani, Milaine Alves Barszcz, Mylena Garcia Deutscher, Nanci Cordova Yasdeck, Natalia Gaudeda, Pedro de Alcântara Pereira Neto, Rodrigo de França, Rosana Pilch Carlesso, Rosângela Barbosa de Sales, Siomara Kulichski, Suzana Pivato, Wagner Argenton.

www.sismmac.org.br
sismmac@onda.com.br

Jornalista responsável: Thaise Mendonça (DRT: 8696/PR)
Editoração: Studio Art Comunicação Sindical (41-3026-0630)
Tiragem: 10.000 exemplares

JUNHO/2011 DEMONSTRATIVO DE RECEITAS DO MÊS ANTERIOR: MAIO/2011

Bancário24.160,87
Caixa Interno 1.318,11
TOTAL25.478,98

Mensalidades Associados85.293,76
Fundo Processual 190,11
TOTAL RECEITA.....85.483,87

DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESAS

Informática
Hospedagem/Host Net.....33,12
Internet/Onda268,45
Aquisições
Computador..... 438,00
Assessorias e Serviços
Dieese502,71
Honorários Advocatício.....6.430,65
Contabilidade 708,50
Locação copiadora598,56
Motoboy.....920,00
Assinaturas45,12
Auxílios
Diretoria/Alimentação.....490,00
Bolsa/Estagiária 1.199,00
Diretoria/Transporte772,80
Transpote - assessoria.....50,00
Aux. Transp. estagiários.....200,00
Correio4.797,15
Contribuições/Doações50,00
Contribuição Estatutária/CUT6.574,25
Energia Elétrica/COPEL.....287,99
Encargos 10.203,00
Eventos
Seminários/Palestras.....512,00
Reuniões/Conselho Rep396,56
Coletivo dos Aposentados.....2.484,00
Eleição Sismmac14.873,26
Livro col. apos.3.950,00
Funcionários
Salários e aux. trans.....15.975,17
Assistência médica2.504,83
Cursos especialização220,00
Plano odontológico301,62
Seguro de vida133,76
Jurídico
Gastos processuais.....5.323,21
Sede
Material de consumo.....389,91
Material de escritório202,85
Manutenção.....212,00
Aluguel1.750,97
Condomínio2.701,20
Imprensa e Divulgação
Jornal/cartazes/folders.....2.510,00
Telefone
Brasil Telecom1.067,14
VIVO2.373,11
Transporte
Transporte.....2.029,70
Veículos
Combustível.....311,70
Desgaste/Combustível143,85
Estacionamento942,75
Estar..... 15,00
Tarifas Bancárias.....33,00

TOTAL DESPESAS 95.926,89
CAIXA INTERNO 940,07
SALDO BANCO 13.905,78
SALDO ATUAL 14.845,85

Manifestações e debate nas escolas marcam o Dia Nacional de Luta pela aplicação da Lei Piso

Os trabalhadores do magistério municipal realizaram uma série de atividades nos dias 16 e 17 de agosto em defesa da aplicação da Lei do Piso em Curitiba. As manifestações tiveram como objetivo aprofundar a discussão sobre a Lei junto com as professoras e professores nas escolas e divulgar a importância do tema

para a comunidade.

As atividades fizeram parte da Jornada Nacional pela Implementação do Piso, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). No dia 16 de agosto, professores de diversos estados e municípios realizaram atos e paralisações para cobrar o cumprimento da medida.

16 de agosto: Debate nas escolas

Ao longo do dia 16 de agosto, foram realizados debates nas escolas – durante o horário do recreio ou no final do dia letivo – para informar e mobilizar o magistério municipal sobre os direitos garantidos na Lei que regulamentou o piso salarial profissional nacional do magistério (PSPN).

A principal reivindicação é

o cumprimento de 33,33% de hora-atividade (permanência) prevista na Lei do Piso. Durante as conversas realizadas nas escolas, a direção do SISMMAC verificou que em muitas unidades de ensino as professoras e professores não têm conseguido cumprir nem mesmo as quatro horas de permanência por causa da falta de professores na rede municipal.



16 de agosto: Panfletagem em conjunto com a APP e Sinasep

Durante a manhã do dia 16 de agosto, a direção do SISMMAC participou de uma manifestação em conjunto com o sindicato dos professores da rede estadual e com os servidores de

São José dos Pinhais.

Além de participarem do ato público, realizado na Boca Maldita, as professoras e professores entregaram panfletos produzidos para os pais de alunos.

17 de agosto: Manifestação na abertura do Sala Mundo

O SISMMAC participou, no dia 17 de agosto, de um ato público realizado na abertura do encontro internacional de educação intitulado Sala Mundo.

Curitiba foi escolhida para sediar o evento com a alegação de que é referência na qualidade da educação pública. Entretanto, a cidade que é conhecida como “capital do conhecimento” não cumpre a

Lei do Piso e submete as trabalhadoras e trabalhadores da educação a uma intensa sobrecarga de trabalho. A manifestação serviu para mostrar que, diferentemente do que noticiam os gestores, a educação municipal possui uma série de problemas e necessita, com urgência, de políticas que invistam na sua qualidade e na melhoria das condições de trabalho.



17 de agosto: Inauguração do CMEI Miguel Arraes

No dia 17 de agosto, a diretoria do SISMMAC também acompanhou a inauguração do CMEI Miguel Arraes, no CIC. Durante a atividade, os diretores do Sindicato entre-

garam panfletos sobre a Lei do Piso para a comunidade e cobraram das autoridades presentes o compromisso de implementar a permanência de 33,33%.

SISMMAC definirá junto com a categoria posição sobre a eleição de diretores

No mês de novembro, serão realizadas eleições para escolha dos diretores e vice-diretores em todas as escolas da rede municipal. Para fiscalizar o processo, a prefeitura formará uma comissão eleitoral na qual participam representantes dos trabalhadores, em minoria em relação à representação da Secretaria Municipal de Educação. A direção do SISMMAC acompanhará essa comissão – junto

com o representante do SISMUC – como forma de garantir a lisura do processo, denunciar possíveis irregularidades e prestar esclarecimentos à categoria.

Antes das eleições, entretanto, a direção do SISMMAC está acompanhando a comissão formada para estudar a legislação que normatiza o processo. Até o mês de setembro, essa comissão elaborará propostas para modificar a forma como é realizado

o acompanhamento da gestão das diretoras e diretores eleitos.

Entre setembro de 2011 e maio de 2012, a comissão finalizará o estudo de propostas que modifiquem as regras do processo eleitoral. Essas mudanças não irão interferir nas eleições deste ano para que haja tempo do magistério se adaptar às novas regras sem que sejam geradas distorções ou benefícios para alguns grupos.

Seminário para elaborar propostas junto com a categoria

O SISMMAC realizará, no início de outubro, um seminário para que as propostas de modificação da lei sejam debatidas e construídas com

o conjunto da categoria. O magistério municipal deve lutar para garantir mais autonomia para as escolas e para romper com as estruturas que

ainda mantém o processo eleitoral e a gestão dos diretores mais atrelados à Secretaria Municipal de Educação do que à comunidade que os elegeram.

APOSENTADOS

Coletivo de aposentados comemora nove anos de atividades

No dia 25 de agosto, professoras e professores do Coletivo de Aposentados do SISMMAC se reuniram em confraternização para comemorar o aniversário de fundação do grupo. O coletivo foi criado em agosto de 2002 com o objetivo de reunir professores que já deixaram a sala de aula para um momento de reflexão, participação e luta junto à categoria.

Para comemorar a data, as aposentadas e aposentados do SISMMAC realizaram um almoço no restaurante Nova Polska, em Campo Magro. A confraternização reuniu cerca de 30 professores.

A gestão “Novos Rumos - A Alternativa de Luta” tem se colocado à disposição desse coletivo a fim de continuar as atividades já existentes

e promover cursos, encontros e atividades de integração entre aposentados e ativos. Se você aposentado ainda não teve a oportunidade de participar desse coletivo, venha! Sua presença muito nos honrará.

Os encontros do grupo são realizados na última quinta-feira de cada mês, a partir das 14 horas, na sede do SISMMAC.

O que diz a legislação?

Eleição de diretores:

As Leis 8280/93, 9717/99 e Decreto 802/02 garantem que a escolha de diretores e vice-diretores das escolas municipais será realizada mediante eleição direta, com mandato de três anos, admitida apenas uma reeleição consecutiva.

Autonomia e democracia:

Lei de diretrizes e bases da Educação (1996):

Art. 3: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII – gestão democrática do ensino público, na for-

ma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Art. 14: Os sistemas de ensino definirão as normas de Gestão Democrática (...):

I – participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalente.

Art. 15: Os sistemas de ensino assegurarão às escolas progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

Nosso objetivo deve ser o de garantir que as professoras e professores possam construir de forma coletiva e autônoma um projeto político-pedagógico

para escola e escolher, dentro do seu quadro docente, quem são os melhores nomes para garantir que esse projeto avance e seja consolidado.



Carta de uma professora à Secretária Municipal de Educação

Senhora Secretária Liliane Sabbag,

Venho por este e-mail expressar minha tristeza quanto aos rumos da nossa educação municipal nos últimos anos. Sou professora de Educação Física na rede municipal desde 2006 e tenho também formação em Pedagogia. No ano passado assumi o segundo padrão sendo aprovada no concurso mais rigoroso da rede municipal em primeiro lugar! Sempre tive como meta na minha vida ser professora de escola, sou realmente apaixonada pela instituição escolar pública e acredito numa proposta educativa emancipatória, porém o que vem se desenhando no cenário atual está longe do rumo de uma educação para formação crítica e cidadã, bem como de qualidade, me fazendo desacreditar no poder público!

Vimos ao longo dos últimos anos que Curitiba tem sido a capital mais bem colocada nos índices de avaliação nacional, logo, pensamos que estamos no caminho certo quanto às políticas adotadas. Entretanto, tal situação só tem sido viabilizada à custa de muita luta, esforço e “suor” dos profissionais envolvidos no processo educativo. Justifico explicitando a situação que temos vivido em minha escola: desde o início do ano não temos professores de apoio pedagógico. Não foram nem uma nem duas vezes que nós professores de educação física tivemos que entrar em sala de aula para “tapar” os buracos deixados pela administração inadequada de recursos humanos. E não protesto no sentido de termos que atuar em alguns momentos como regentes, mas pelo fato de que não somos qualificados

para tal atuação.

Nos esforçamos, e muito, para administrar esse conhecimento para nossos alunos, mas sabemos que os procedimentos certamente não são tão adequados e o pior de tudo é que quem perde são as vidas que estão em nossas mãos para a formação, são as crianças as mais prejudicadas com tudo isso. De fato, ignora-se o que a própria legislação garante, como o direito a educação de qualidade (LDB, artigo 3, inciso IX).

A Secretaria e o próprio núcleo da educação, quando indagados, jogam a responsabilidade sobre a incapacidade da direção de organizar os docentes, mandando-a acabar com as aulas de reforço escolar e, obviamente, infringindo o que garante a LDB no artigo 24, inciso V: *obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência*

paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. Ou então a sugestão é dissolver a hora-atividade dos professores, pois eles não precisam planejar o dia todo, infringindo assim a própria Lei do Piso que garante 33,3% de hora-atividade, ou pior ainda, acabar com as aulas de biblioteca, deixando as crianças sem suas leituras, sem seus livros, formando assim indivíduos fragilizados em seu processo formativo.

Outro fato que vem ocorrendo também é a falta de professores de educação física, área do conhecimento fundamental para o desenvolvimento infantil e garantido por lei, pois nosso professor saiu da escola no fim do semestre passado e até então não foi encontrado nenhum outro para

substituí-lo, caso que vai complicar-se ainda mais, pois sairei de licença maternidade e então a escola inteira ficará sem aula!

Concluindo, a educação municipal tem vivido de uma aparência baseada num índice que não expressa a real condição educativa na qual nos encontramos. Professores são meramente máquinas de “tapar-buracos”, pois é isso que temos feito desde o começo do ano. E, o pior de tudo, estamos brincando com as vidas colocadas em nossas mãos, brincando de “escolinha” como no tempo de infância e dando mais uma vez o jeitinho brasileiro de ignorar aquilo que normatiza a nossa vida, a Lei.

Aguardo um posicionamento.

Deborah Helenise. Professora da rede municipal de Curitiba desde 2006.

Professora critica problemas gerados pela falta de professores na rede

A prefeitura de Curitiba é uma instituição pública que procura trabalhar dentro da legalidade com os seus servidores, porém o que acontece nas escolas de 5ª a 8ª séries não parece estar nada legal.

Nós, professores da docência II, prestamos um concurso para 20 horas semanais, dentro de uma área específica de acordo com a formação de cada profissional, e assim fomos nomeados. Porém, o que acontece na prática

é uma forma de encobrir um problema sério nas escolas, as substituições, em que o professor tem que substituir aula de uma outra disciplina e em qualquer turma, onde haja a ausência de professor.

O que vemos nas escolas, por exemplo, é professor de matemática substituindo aula de história ou português. Isso acontece em todas as áreas do conhecimento. Nesse caso, sabemos que a qualidade da aula não será satisfa-

tória, pois trata-se apenas de uma forma de cuidar dos alunos em sala de aula.

Sendo assim, o prejuízo recai sobre o aluno, pois foi negado ao mesmo o direito a ter uma aula de qualidade com um profissional formado na área específica do professor que está ausente.

Não estou questionando a legalidade no cumprimento da carga horária pela qual o professor foi nomeado no concurso público, apenas venho

requerer o meu direito e o dos demais colegas de cumprir a carga horária semanal dentro da disciplina do concurso pelo qual fomos nomeados. Sendo necessária a substituição, então, que cada professor substitua na sua área específica. Pois assim estará sendo garantida a continuidade do conteúdo e a aprendizagem do aluno será assegurada.

Eliana Mendes. Professora da rede municipal de Curitiba desde 2002.

ESTE ESPAÇO É DESTINADO PARA QUE AS PROFESSORAS E PROFESSORES DA REDE RETRATEM AS ANGÚSTIAS E ALEGRIAS VIVIDAS EM SALA DE AULA. ENVIE SEU TEXTO PARA O EMAIL imprensa@sismmac.org.br QUE ELE SERÁ PUBLICADO NESTA SEÇÃO.

Prefeitura propõe novo regulamento para o ICS, sem debater com os trabalhadores, trabalhadoras e sindicatos

Sem debater com os servidores e servidoras ou com os sindicatos que os representam, a Prefeitura fez um novo regulamento para o Instituto Curitiba de Saúde. O documento enviado no dia 10 de agosto prevê uma série de mudanças que trazem prejuízos para os trabalhadores e trabalhadoras.

Mais uma vez, a Prefeitura tenta fazer os servidores aceitarem a contragosto uma proposta elaborada às pressas e sem debate que, além de não resolver os atuais problemas do ICS, agrava ainda mais a situação do atendimento e aumenta o valor pago pelos ser-

vidores para manter o Instituto.

A Prefeitura propõe aumentar a participação do servidor em atendimentos e exames e criar uma multa de 100% em caso de falta à consulta. Essa proposta ignora que os atuais problemas do ICS foram gerados por anos de má administração e falta de investimento da administração, que não cumpriu sua parte no financiamento.

Em resposta a essa atitude da Prefeitura, o conjunto dos trabalhadores municipais de Curitiba já começou a se mobilizar. No 31 de agosto, o magistério municipal de Curitiba se reuniu aos demais

servidores, em assembleia unificada organizada pelo SISMMAC e SISMUC, para debater a proposta e definir estratégias de mobilização.

Exigimos que a Prefeitura cumpra o compromisso firmado anteriormente de que qualquer alteração no ICS deve ser submetida à mesa de negociação com os sindicatos. Vamos juntos lutar para garantir que o nosso Instituto, que foi construído e consolidado pelos servidores do município, seja não apenas mantido, mas que também receba investimentos para contratar mais médicos e agilizar o atendimento.

Confira alguns problemas da proposta da Prefeitura:

- Pagamento de multa de 100% quando servidor/servidora faltar à consulta;
- Reajustes nos valores descontados no contracheque podem ser realizados pela Prefeitura a qualquer momento;
- Não há garantia de melhorias ou de maior rapidez no agendamento das consultas;
- Teremos que pagar 30% nas consultas com especialidades e exames, incluindo serviços realizados dentro do ICS;
- Carência para dependentes e jóia para titulares ficam mantidas;
- Gestão continua nas mãos da administração, não falam mais em autarquia;
- Será mantido o desconto dos R\$ 250 de remuneração variável dos demais servidores

O prefeito, mais uma vez, tenta atacar nossos direitos! Vamos nos calar e esperar de braços cruzados ou vamos lutar para garantir a qualidade do nosso ICS?

Sobre a escassez do atendimento pediátrico de emergência: criança não tem hora para adoecer!

Já perdemos o atendimento no Hospital Infantil Branca de Neve (que fica dentro do Hospital Santa Cruz) e no Instituto da Criança, sem aviso da Prefeitura ou qualquer justificativa. Agora, o contrato do ICS com o Hospital Pequeno Príncipe atende somente consultas eletivas, ou seja, aquelas que forem agendadas e encaminhadas após triagem. **Não há mais pronto-atendimento infantil para os servidores no**

Pequeno Príncipe.

O ICS também não possui pronto-atendimento pediátrico. Os serviços de urgência e emergências são prestados **somente** pelo Hospital Evangélico.

Precisamos lutar para que o ICS volte a oferecer as condições adequadas para o pronto-atendimento infantil. Nossos filhos e filhas adoecem ainda mais quando precisam aguardar horas e horas para serem atendidos em casos de emergência.

Dificuldade no agendamento de consultas

Está muito difícil marcar uma consulta. Não há médicos! Muitos deixaram de atender no ICS. Horas e horas de espera no telefone. Caos na perícia, pessoas fragilizadas têm que se sujeitar a este desrespeito com sua saúde. Essas são as denúncias mais frequentes de quem precisa utilizar os serviços do Instituto.

A intenção da administração do ICS é via-

bilizar o agendamento de consultas exclusivamente pela internet, com o objetivo de desativar o call center (telefone). Eles se negam a discutir o fato de que muitos trabalhadores e trabalhadoras não possuem acesso a internet. Quem está em sala de aula, o dia todo, sabe que não há tempo para acessar a internet e nem computadores disponíveis na escola.

O Prefeito Luciano Ducci quer fazer os servidores e servidoras pagarem a conta pelos anos de péssima gestão do Instituto Curitiba de Saúde. Como servidor público de carreira e médico, que fez o juramento de respeitar a saúde e a vida, Ducci deveria saber que **saúde não é mercadoria!** Saúde é algo precioso que deve ser tratado com **respeito e investimento!**

Servidores enfrentam filas e longo tempo de espera no ICS

Quem precisa recorrer ao pronto-atendimento do ICS tem que esperar, em média, duas horas para ser examinado. O número reduzido de médicos disponíveis agrava o desconforto vivido por quem precisa de um atendimento de saúde: muitos servidores têm que esperar em pé porque não há cadeiras suficientes para todos.

A professora Alessandra Coelho, da escola Heráclito Fontoura

Sobral Pinto, procurou o pronto-atendimento com suspeita de conjuntivite. Apesar de a doença ser classificada como infectocontagiosa, a professora teve que aguardar o atendimento em pé, junto aos demais servidores.

“O que nós esperamos do ICS é um atendimento com melhor qualidade, mais médicos para atender o pessoal e agilizar o atendimento. Muitas vezes

somos tratados como se estivéssemos aqui só para pegar o atestado, somos examinados em, no máximo, 10 minutos”, critica Alessandra.

Já a professora Tatiana Cabreira Conci, do CAIC Bairro Novo, foi até o pronto-atendimento por causa da dor intensa que sentia na perna. Tatiana explica que tentou antes agendar uma consulta diretamente com um clínico-geral, mas que

o sistema eletrônico do ICS indicou não existir qualquer vaga disponível.

“É normal encontrar essa fila no pronto-atendimento do ICS porque é

muito difícil conseguir consultas na rede. Se houvesse mais médicos e mais vagas para consultas com os clínico-gerais esse PA não estaria tão cheio”, defende.



Demora também nas consultas e exames

Os problemas do ICS, entretanto, não se resumem apenas à demora do pronto-atendimento. Uma professora que preferiu não se identificar conta que fez uma radiografia da coluna, mas que, mesmo com o exame pronto, não conseguiu agendar consulta com o especialista porque não há vaga disponível

no sistema.

“Estou tentando há mais de um mês marcar consulta com um reumatologista, é impossível agendar pelo telefone e, pela internet, avisa que não tem vaga. Quem trabalha de manhã e à tarde não tem tempo para esperar tanto só para agendar uma consulta”, reclama.

As professoras relataram que enfrentam pelo menos três meses de espera entre o agendamento da consulta e a realização efetiva do exame nas especialidades atendidas pelo ICS.

“Em abril, tentei agendar um ortopedista para a minha filha, mas só consegui vaga para julho. Se ela tivesse algum problema sério, teria que esperar. O mesmo aconteceu com o alergologista [especialista em alergias], marquei em julho uma consulta que só vai acontecer em setembro. O atendimento no ICS já foi muito melhor, hoje em dia está muito demorado”, conta Tatiana.

Defesa do ICS

Apesar das dificuldades enfrentadas cotidianamente, as professoras entrevistadas foram unânimes na posição de que é preciso defender a continuidade e o fortalecimento do ICS. “Temos que defender que sejam contratados mais profissionais para o Instituto porque ele é nosso. O ICS foi construído pelos servidores que vieram antes de nós e hoje nós ajudamos a mantê-lo”, reafirma a professora do CAIC Bairro Novo.

O SISMMAC defende a necessidade de lutar ativamente para que o

ICS volte a atender os professores ativos e aposentados com mais qualidade e que garanta atendimento para todas as especialidades. O ICS já foi um dos melhores centros de atenção à saúde de Curitiba, mas devido à redução do investimento da Prefeitura a qualidade do atendimento está sendo constantemente prejudicada. A defesa do ICS e luta pela contratação de mais profissionais e por mais investimentos públicos para o Instituto são pautas prioritárias da nova gestão do Sindicato.



Prefeitura tenta nocautear a organização das escolas de 5ª a 8ª séries

Mais uma vez a Prefeitura reafirma sua prática de agir de forma isolada e sem consultar os trabalhadores. Em agosto, a Secretaria Municipal de Educação determinou que as Escolas Municipais da rede retomassem as 4,5 horas diárias em detrimento do turno de 5 horas – tão defendido pela administração no segundo semestre de 2009.

Já naquele momento, a categoria defendeu que a adoção da quinta hora só deveria acontecer se garantida as devidas condições. Não fomos ouvidos. Alertamos que a medida poderia ocasionar problemas na rede se adotada

sem planejamento. A base foi ignorada, a determinação da prefeitura foi “cumpra-se”.

Deu no que deu. Professores passaram a trabalhar 10h diárias para dar conta de dois padrões, a maioria perdeu a garantia da permanência concentrada, dificultando assim que pudessem participar de cursos de capacitação. Além disso, muitos professores, mesmo trabalhando 5 horas, não conseguiram manter o dia sem vínculo.

Com a extensão da carga horária, a prefeitura teria que, obrigatoriamente, aumentar o número de professores em cada escola. Entretanto, isso não foi

feito. Em vez de garantir condições de trabalho, a Prefeitura adotou a quinta hora de forma precarizada, impondo ‘goela abaixo’ horas-extras e a contratação de temporários via Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Enquanto vários profissionais aprovados em concurso para docência II aguardam convocação para assumir suas vagas, os professores que estão em sala de aula têm que fazer substituições em disciplinas e turmas de outros colegas.

Para onde vai o discurso da qualidade? Vemos professor de artes cobrindo aulas de matemática



Professores participam de reunião no sindicato para discutir reivindicações do segmento

em turmas que não são suas, direções e coordenações tendo que resolver problemas criados pela Prefeitura. O discurso da mantenedora de melhoria do ensino foi ao chão. Essa experiência mostrou, mais uma vez, que só é possível avançar na qualidade da

educação se houver investimentos para isso. **A Prefeitura insiste em fazer propaganda do aumento de carga horária para os alunos, mas não diz que quem paga a conta são os trabalhadores da educação.**

A volta do turno de 4,5 horas

A mesma Prefeitura que defendia a criação da quinta hora, em 2009, agora determina o retorno às 4,5 horas. E o discurso da qualidade, onde fica? Mais uma vez, a administração exige qualidade, mas não arca com os investimentos necessários e por isso reafirmamos: “Educação de qualidade se faz com investimento e não com economia”.

O magistério está em luta. Sabemos que categoria organizada e mobilizada é aquela que avança na conquista de seus direitos. No dia 23 de agosto, aconteceu a primeira reunião de organização dos professores de 5ª a 8ª junto ao sindicato, com participação de mais de 80% das escolas. Neste encontro, aprovamos um cronograma de ações e

uma pauta de reivindicações do segmento.

Participe, discuta em sua escola. Faça crescer em seu ambiente de trabalho a discussão sobre o tema. Não vamos aceitar mais essa imposição da Prefeitura sem a devida discussão.

A prefeitura não vai levar essa por nocaute, a não ser que seja a nosso favor!

Reivindicações dos professores de 5ª a 8ª série:

- 1) Defendemos o avanço da educação com qualidade, maior tempo de aula para os alunos e melhores condições para os trabalhadores, capacitação, investimentos em materiais e infraestrutura.
- 2) Adoção da jornada de 4,5h diária com hora-aula de 50 minutos, permanência concentrada e dia sem vínculo semanal.
- 3) Contratação de mais professores para acabar com o grande déficit existente hoje na rede municipal de Curitiba e para acabar com a prática das substituições de aulas.
- 4) Cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, que estabelece, entre outros pontos: hora-atividade de no mínimo 1/3 da jornada de trabalho.

Cronograma de ações

29 de agosto Direção do SISMMAC pautará as reivindicações aprovadas em reunião

com a Secretaria Municipal de Educação;
30 de agosto – Panfletagem junto aos

pais nas escolas de 5ª a 8ª séries;
13 a 16 de setembro – Indicativo de data

para audiência com a Prefeitura. Nesse dia, faremos “operação tartaruga”, com dispensa

dos alunos mais cedo (10h) para que o conjunto dos professores possa participar da reunião.

Magistério em luta pela implantação da hora-atividade de 33,33%

As professoras e professores municipais de Curitiba irão centrar força na luta para fazer com que a prefeitura cumpra a Lei Federal nº 11.738. Essa lei estabelece o valor do piso nacional do magistério e determina que o percentual da jornada de trabalho destinado à hora-atividade (permanência) deve ser de 33,33%. Em assembleia realizada no dia 10 de agosto, o magistério decidiu que essa deve ser uma das pautas centrais de reivindicação para o segundo semestre deste ano.

A Lei Federal 11.738 foi instituída em julho de 2008, mas sua legalidade foi questionada pela administração de vários estados e municípios que resistiram ao cumprimento da medida. No último dia 24 de agosto, o Supremo Tribunal Federal publicou a decisão (acórdão) referente à aplicação da Lei no Diário

de Justiça, reafirmando sua constitucionalidade e que a medida deve ser cumprida em todos os níveis de ensino. **Isso quer dizer que a Prefeitura de Curitiba não possui mais desculpas para continuar descumprindo a Lei do Piso.**

EM CURITIBA O QUE DEVE MUDAR?

Atualmente, os professores têm 20% (4 horas) da jornada de trabalho de 20 horas destinadas às atividades pedagógicas que extrapolam a regência de classe, incluindo nesse tempo a formação continuada. Entretanto, a Lei do Piso estabelece que o mínimo destinado para hora-atividade deve ser de 33,33%, o que corresponde a aproximadamente 7 horas.

Esse é o mínimo estipulado por lei e deve ser efetivado sem demoras.

Para isso, é preciso que a Prefeitura abra concurso e contrate mais profissionais para garantir o funcionamento adequado do próximo período letivo. Enquanto isso não é feito, devemos lutar para que a PMC pague desde já hora-extra sobre a diferença entre os atuais 20% e os 33,33% da Lei que já está em vigor.

MOBILIZAÇÃO

Para garantir que a prefeitura cumpra esse direito, o magistério definiu que irá intensificar o processo de mobilização da categoria. Em agosto, foram realizados debates nas escolas e manifestações públicas visando ampliar a discussão e a visibilidade da reivindicação.

Simultaneamente, a direção do SISMMAC está mantendo um calendário de reuniões com re-



Magistério realizou manifestações pela aplicação da hora-atividade de 33,33% nos dias 16 e 17 de agosto

presentantes da Secretaria de Recursos Humanos e da Secretaria Municipal de Educação para debater a reestruturação do Plano de Carreira. No dia 29 de agosto, a reunião

tratou da aplicação da hora-atividade e a prefeitura apresentou uma primeira resposta formal sobre o assunto (Leia a atualização dessa notícia no site do SISMMAC).

Hora-atividade (permanência) atual	Hora-atividade (permanência) com a Lei do Piso
20% da jornada de trabalho	33,33% da jornada de trabalho
4 horas do padrão de 20 horas	Aproximadamente 7 horas do padrão de 20h

Confira os elementos apresentados pelo STF na ementa da decisão:

1. Perda parcial do objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008).

2. É constitucional a norma geral que fixou o piso

dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso de vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e

de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador.

3. É constitucional a norma geral que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse.



Em manifestação, sindicato cobrou dos gestores o cumprimento da Lei do Piso

Prefeitura tira zero no planejamento da educação

Curitiba ainda não conta com um Plano Municipal de Educação e realização da I Conferência apresenta vários problemas

A prefeitura gosta de anunciar que Curitiba é a capital do conhecimento. Entretanto, ainda não temos um Plano Municipal de Educação (PME). Se para nós, professoras e professores, é exigido o planejamento de nossas aulas, cabe exigirmos do prefeito o planejamento da Educação em nosso município, que, como sabemos, já está bem atrasado.

Para a elaboração de um Plano Municipal, o primeiro passo seria a realização da Conferência Municipal de Educação, que é o espaço destinado pelos governos para discussão e construção de diretrizes, metas e ações.

A realização das conferências municipais está prevista na lei nº 12.090, de dezembro de 2006, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino (Sismen). Entre outros pontos, essa lei prevê que as conferências devem ser realizadas a cada dois anos, sendo que a primeira deveria acontecer no prazo de um ano e meio após a publicação da Lei.

Isso significa que temos um atraso de quase 5 anos na realização da primeira conferência em Curitiba.

NOVA DATA

A I Conferência Municipal de Educação de Curitiba acontecerá em dezembro deste ano. Essa já é a segunda vez que a administração anuncia que irá realizá-la. A primeira foi em 2009, quando a prefeitura aproveitou os

problemas gerados pela pandemia de gripe H1N1 para cancelar o evento.

Passados dois anos desde então, nos deparamos com um novo calendário para a realização da Conferência. O novo cronograma é composto de Ciclos de Palestras Preparatórias, Etapa Local, Etapa Regional e Plenária Geral. Essa última deve acontecer nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, em local a ser confirmado.

PROBLEMAS NA ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

Todo esse processo mal organizado de realização da I Conferência Municipal e do Plano Municipal de Educação mostra que a prefeitura não prioriza a Educação no município.

A forma como as etapas locais estão sendo propostas nas escolas – algumas com discussões no dia da permanência (o que prejudica o planejamento do professor), outras fora do horário de trabalho – torna a discussão fragmentada e pouco produtiva.

Para as demais etapas, a representação dos segmentos segue um critério de proporcionalidade que desfavorece os trabalhadores em educação e a comunidade – formada por pais e alunos – que são os maiores interessados em uma educação de qualidade.

Nas etapas regionais, cada escola terá um representante do segmento

dos gestores, um dos trabalhadores em educação e um dos pais e/ou alunos. Essa divisão não leva em conta o tamanho de cada um desses segmentos. Isso se repete na eleição de delegados para a Plenária Geral.

Das 600 vagas ofertadas, a participação dos trabalhadores em educação da rede municipal se resume a 94 participantes, o que significa que não haverá nem mesmo um representante por escola da rede, que hoje conta com cerca de 180 escolas e 175 Cmeis.

O SISMMAC, que representa a categoria do magistério municipal, terá apenas uma vaga nesse espaço.

Mesmo com todos esses problemas, acreditamos que a participação crítica das professoras e professores nessas discussões é de extrema importância. Precisamos dar voz às nossas reivindicações e denunciar os problemas vividos em sala de aula e esse é um espaço privilegiado para isso.

Se os objetivos da I CMEC são – como a prefeitura noticia – apresentar propostas para melhorar o ensino, propor políticas educacionais e eleger prioridades para a educação da cidade, nós que estamos no chão da escola não podemos deixar que os gestores decidam sozinhos o que precisa ser melhorado na Educação do município.

O Sismmac disponibilizará em seu site documentos que podem auxiliar



o debate nas escolas e se coloca a disposição para acompanhar essas discussões nos locais de trabalho. Participe dos debates no seu local de trabalho e

seja representante do seu segmento na Etapa Regional. Vamos pautar nossas reivindicações e lutar para fortalecer a educação do nosso município!

Confira abaixo algumas propostas construídas nas pré-conferências realizadas pelo Sismmac em 2009 e 2010 e na pauta de reivindicações deste ano.

Formação e Valorização dos Profissionais da Educação:

- Imediata aplicação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) 11.738/08.
- Redução do número de alunos por sala de aula.
- Contratação, via concurso público, de profissionais para todas as áreas do conhecimento.

Gestão da Educação

- Eleições para direções dos CMEIs.
- Assegurar autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das escolas, estabelecendo normas para a participação dos profissionais da educação na elaboração do seu projeto político-pedagógico.

Financiamento da Educação

- Investir percentuais crescentes em educação até atingir, no mínimo, 30% dos impostos municipais.

Planejamento e Avaliação

- As políticas de avaliação institucional devem ter caráter participativo, fundamentado em princípios éticos, democráticos, autônomos e coletivos e não devem estabelecer ranking entre as instituições educativas, nem um sistema de incentivos, prêmios e punições.

Leia as propostas na íntegra, disponíveis no site www.sismmac.org.br, na seção "Arquivos para Baixar".

Professores e estudantes se mobilizam pela qualidade da educação pública

Ao longo do ano de 2011, professores e estudantes protagonizaram uma série de greves e manifestações em defesa da qualidade da educação, por melhores condições de trabalho e aumento salarial não só pelo Brasil, mas também em países da América Latina, como Chile e Honduras.

Noticiadas pela imprensa comercial como paralisações dispersas e sem conexão, essas mobilizações demonstram, na verdade, a situação de abandono, falta de investimentos e desva-

lorização profissional que hoje caracteriza a educação em todos os seus níveis de ensino.

Cansados de esperar apenas pela boa vontade dos gestores da educação, trabalhadores e estudantes demonstram que o único caminho para obter vitórias — diante da intransigência e da falta de negociação dos governos — é a mobilização e a pressão política. Por isso, paralisam suas atividades e vão às ruas exigir melhores condições de trabalho e aumento salarial!

Professores municipais

Após 12 dias de greve, os professores da rede municipal de **Caruaru** (Pernambuco) conquistaram a implantação do valor do Piso Nacional Salarial para os professores do ensino fundamental e o aumento da gratificação de titulação.

Já os professores de **Aracaju** (Sergipe) encerram, no dia 18 de agosto, a greve que durou 67 dias sem conquistarem a efetiva implementação da Lei do Piso. O prefeito, ao invés de negociar com os grevistas, preferiu atacar o movimento

na imprensa e entrar com uma ação para que a justiça decretasse a paralisação ilegal. Os professores encerram a greve, mas continuam mobilizados para lutar pela aplicação da Lei do Piso no município.

Os professores dos municípios de **Niterói** (Rio de Janeiro), **Juiz de Fora** (Minas Gerais) e **Feira de Santana** (Bahia) também estão em greve. A paralisação nos três municípios reivindica a aplicação da Lei do Piso e melhorias no Plano de Cargos e Salários.

Professores estaduais

As escolas das redes estaduais realizaram também importantes processos de paralisação em 2011. No **Rio de Janeiro**, os professores conquistaram — após 65 dias de greve e de muito enfrentamento com o governo — reajuste salarial de 5% e o descongelamento do plano de carreira.

Em **Minas Gerais**, os professores estão em greve desde o dia 8 de junho e no **Ceará** as escolas da rede estadual iniciaram a paralisação a partir do dia 5 de agosto. Nos dois estados, a remuneração básica paga aos professores é muito inferior ao valor do piso definido em lei.

Greve nas universidades federais

Servidores técnico-administrativos de mais de 40 universidades federais estão em greve desde o início de junho.

No início de agosto, estudantes e professores das universidades também se somaram à luta dos servidores técnico-administrativos. Na UFPR, os docentes iniciaram,

no dia 19 de agosto, uma paralisação por tempo indeterminado.

Além de reajuste salarial, as três categorias da comunidade universitária reivindicam melhores condições de trabalho e investimentos que promovam a qualidade da educação superior pública.

Manifestações em prol da educação pública no Chile

Estudantes secundaristas e universitários protagonizam no Chile um dos maiores movimentos de luta pela educação pública. Ao longo dos últimos três meses, jovens organizam protestos e mobilizações exigindo o fim do atual modelo de ensino e a adoção de um sistema educacional gratuito e controla-

do pelo Estado.

O modelo chileno, instaurado durante a ditadura militar, é considerado um dos mais privatizados da América Latina. Lá não existem universidades gratuitas e as mensalidades cobradas em instituições públicas e privadas são superiores ao valor do salário mínimo.



Portal Sul/21

Honduras

A mobilização estudantil também agita a conjuntura hondurenha. Secundaristas ocuparam mais de 150 colégios em protesto contra o projeto de reestruturação da educação pública no país. Com a mobilização, os estudantes conseguiram frear o anteprojeto da Lei

Geral da Educação no Congresso Nacional, que previa a privatização do ensino no país.

Os protestos contra essa reforma começaram com greve de professores no primeiro semestre de 2011 e agora estão sendo retomadas pelos estudantes.

Toque

Meus dedos te tocam na fugacidade do tato
 Teus dedos me tocam na fragilidade do trato
 Nem fugás nem frágil, a voz provoca,
 E o que sai da sua boca realmente me toca
 Me tocam as palavras que povoam a alma
 Me toca a tristeza na passividade da calma
 Me toca o olhar de revolta dos escolhidos da fome
 Me toca o consumo de drogas em que o consumidor é quem
 Se consome
 Não me toca essa forma polida de ser
 Não me toca o olhar vazio que não consegue ver
 Não me toca o conteúdo

escolar e o significado da palavra
 Mesóclise
 Não me toca a futilidade das academias e os espelhos que
 Refletem os bíceps
 Vou passar adiante tudo aquilo que me toca no fundo
 Você passe adiante também, e depois o outro
 E assim vamos tocando o mundo
 E esse lugar vazio, que vire agora um ponto de encontro

*Pedro de Alcântara.
 Professor do CAIC Bairro Novo. Diretor do SISMMAC.*

Este espaço é destinado para a produção artística das professoras e professores da rede municipal de Curitiba. Envie seus poemas, contos e crônicas para o email imprensa@sismmac.org.br que eles serão publicados nesta seção.

Professor tem direito a meia-entrada no Paraná

Desde 2008, professores das redes pública e privada têm direito a pagar meia-entrada em eventos culturais realizados no Paraná. A Lei n.º 15.876 – que garante o direito – está em vigor há três anos, mas muitos professores ainda não utilizam o benefício por falta de informação.

Para ter acesso à meia-entrada, o docente deve comprovar que possui vínculo empregatício por meio da carteira de trabalho ou contracheque e apresentar também um documento com foto. A Lei garante o benefício para espetáculos artísticos, culturais, recreativos e esportivos que proporcionem lazer e entretenimento.

A justificativa para a criação da Lei, em

2008, apontava para a necessidade de ampliar o acesso das professoras e professores aos bens culturais produzidos na sociedade. O objetivo da medida é qualificar o trabalho em sala de aula e também influenciar indiretamente a formação do gosto pela cultura nas crianças e adolescentes em idade escolar.

A criação da lei aponta para uma questão significativa: os professores ainda têm pouco acesso aos bens culturais produzidos em nossa sociedade. Em grande parte, essa realidade se deve ao alto preço dos ingressos e aos baixos salários recebidos por quem tem a responsabilidade de educar as futuras gerações.

Como garantir a meia-entrada:

Apresentar documento que comprove o vínculo empregatício: carteira de trabalho ou contracheque e um documento com foto.

Onde utilizar o benefício:

Espectáculos artísticos;
 Shows musicais;
 Apresentações circenses;
 Cinema;
 Teatro;
 Museu;
 Atividades sociais recreativas;
 Atividades esportivas.

AGENDA

ACONTECEU

Magistério comemora posse da nova diretoria

Cerca de 130 trabalhadoras e trabalhadores da educação participaram, no dia 6 de agosto, da comemoração de posse da nova direção do SISMMAC. A confraternização teve como objetivo marcar o início da gestão e reunir o magistério municipal para expor, de forma mais informal, a política de trabalho da nova direção.



Douglas Rezende

VEM POR AÍ

SISMMAC realizará confraternização no Dia do Professor

No dia 15 de outubro, o SISMMAC realizará uma festa em homenagem ao Dia do Professor. A comemoração será realizada na Sociedade Universal, no Prado

Velho, e contará com apresentação de música ao vivo com a Banda Fashion. Fique atento, em breve divulgaremos mais informações sobre como participar!